

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, informações acerca do Projeto Barão de Rio Branco como plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, acerca do Projeto Barão de Rio Branco como plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia.

- 1) Em que consiste o projeto Barão de Rio Branco? Qual o seu objetivo? Qual a sua área de abrangência?
- 2) Desde o início do ano, matérias da imprensa brasileira e, em especial, a última matéria do portal “The Intercept”, têm falado sobre o Projeto Barão de Rio Branco. Quando haverá a divulgação oficial ao povo brasileiro e ao Congresso Nacional do Projeto na sua integralidade?
- 3) De acordo com diversas matérias divulgadas na mídia nacional, em janeiro ocorreu uma reunião organizada pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos sobre o Projeto Barão de Rio Branco¹. Recentemente, a matéria do portal “The Intercept” divulgou que, em 25 de abril deste ano, ocorreu mais uma

¹ Relação apresentada na justificativa do presente requerimento.

reunião para tratar do tema na sede da Federação da Agricultura do Pará, a Feapa, em Belém/PA. Segundo a mesma reportagem, a Secretaria afirmou ter reunido a sociedade, academia e autoridades locais para ouvir opiniões e sugestões que guiarão os estudos sobre o programa. Não obstante, os documentos levantados pela reportagem revelam que indígenas, quilombolas e ambientalistas ficaram de fora da programação. Assim, indagamos:

- 3.1 O que foi tratado nessa reunião?
 - 3.2 Quem compareceu a essa reunião?
 - 3.3 Houve outras reuniões governamentais para tratar da temática? Se sim, quais foram, onde foram realizadas, quem participou e quais os encaminhamentos relacionados ao projeto?
 - 3.4 Requeremos a íntegra dos documentos, notas técnicas, atas, e-mails, apresentações e relatórios que subsidiaram essa reunião.
- 4) Ainda de acordo com a matéria do “The Intercept”, na apresentação da referida reunião em Belém/PA, os responsáveis do governo esmiuçaram sua preocupação com a “campanha globalista” que, de acordo com o material, “relativiza a soberania na Amazônia” usando como instrumentos as ONGs, a população indígena, quilombola e os ambientalistas. Afirmaram ser necessária a execução de obras de infraestrutura — investimentos “com retorno garantido a longo prazo” —, como hidrelétricas e estradas, para garantir o desenvolvimento e a presença do estado brasileiro no local. Quais são os dados e informações que fundamentam a afirmação de que existe uma “campanha globalista”?
- 5) Qual o fundamento técnico e legal para este Projeto? Quais são os estudos e pareceres técnicos e jurídicos que fundamentam o projeto? O GSI possui um planejamento setorial para a região de modo a conferir mais eficiência, transparência e governança de políticas públicas aos empreendimentos que pretende realizar na Amazônia?

- 6) Pressupõe-se que uma política pública para a região amazônica deverá ser fortemente ancorada em dados, evidências científicas e experiências regionais. Diante disso, indagamos: quais os estudos ou pesquisas sobre os impactos ambientais, sociais e financeiros que fundamentam o Projeto? Encaminhar cópia integra dos estudos e pareceres técnicos.
- 7) O Projeto prevê estratégias para a garantia da conservação da floresta e da biodiversidade? Existem critérios para determinar a sustentabilidade das obras previstas?
- 8) Em uma nota técnica de maio deste ano, quatro organizações indígenas afirmaram que o projeto do governo causará impactos destrutivos e irreversíveis para os povos indígenas². O texto é assinado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará e pela Federação dos Povos Indígenas do Pará. Segundo o documento dos indígenas, publicado em maio, o plano “rascaria pelo meio” terras indígenas reconhecidas pelo estado brasileiro. Segundo a nota, o projeto Barão de Rio Branco afetaria 27 terras indígenas e áreas protegidas da chamada Calha Norte. Diante de tais fatos, questionamos:
- 8.1 Há estudo acerca do impacto às populações indígenas em níveis diferentes de contato, de integração e de situações sociais das atividades que este Projeto pretende desenvolver?
- 8.2 De que forma será garantida a participação e o direito à consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), recepcionada no Brasil pelo Decreto nº 5051/2004?

- 9) O GSI possui avaliações do impacto à segurança nacional e regional de eventuais atividades do Projeto? Se sim, quais as conclusões destas avaliações?
- 10) Quais Ministérios, órgãos e autoridades, empresas ou atores privados, representantes de povos e comunidades tradicionais, especialistas e movimentos sociais participaram das reuniões de construção do Projeto? Quais atores foram consultados? Quando foram iniciadas as tratativas a esse respeito? Onde e quando foram realizadas reuniões sobre o assunto? Encaminhar cópia das atas e da lista de presenças de cada uma das reuniões.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme dados publicados em diversos jornais da imprensa no início do ano (O Globo³, UOL⁴, Estado de São Paulo⁵, Valor Econômico⁶), o governo prepara um pacote de obras para a região Amazônica. Trata-se do Programa Barão do Rio Branco, que envolve quatro grandes projetos: construção de uma usina hidrelétrica no rio Trombetas, com impactos diretos sobre as terras indígenas na região; construção de uma ponte de 1,5km sobre o rio Amazonas, no município de Óbidos; prolongamento da BR-163 até a fronteira com o Suriname, rasgando terras indígenas na região; e implantação de um polo de desenvolvimento regional nos municípios de Óbidos e Oriximiná. A região está cortada por rios e é de difícil acesso. Também é a mais

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-prepara-decreto-para-construir-hidreletrica-ponte-concluir-rodovia-na-amazonia-23393157>

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/24/governo-estuda-hidreletrica-e-ponte-para-reforcar-soberania-na-amazonia.htm>

⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-prepara-pacote-de-obras-para-amazonia,70002717446>

⁶ Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/20/pacote-quer-hidreletrica-e-nova-ponte-na-regiao-norte.ghtml>

preservada do Pará, Estado campeão em desmatamento.

Em 20/09/2019 o portal “The Intercept” divulgou que o plano prevê a integração da Calha Norte do Pará, na fronteira, ao centro produtivo do Estado e do país, segundo o conteúdo revelado no mês passado pelo Open Democracy sobre o encontro realizado para apresentação de debate sobre o projeto⁷.

Segundo a reportagem, o “The Intercept” teve acesso a áudios e à apresentação feita durante a reunião organizada pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, no dia 25 de abril deste ano, na sede da Federação da Agricultura do Pará, a Feapa, em Belém. A secretaria afirmou ter reunido a sociedade, academia e autoridades locais para ouvir opiniões e sugestões que guiarão os estudos sobre o programa. Os documentos revelam que indígenas, quilombolas e ambientalistas não estavam na programação.

No plano, a BR-163, que começou a ser construída nos anos 1970, seria estendida até a fronteira norte do Brasil, ligando hidrovias e cortando a Amazônia do Suriname até o “centro de poder” do país — hoje, a rodovia vai de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, até Santarém, no Pará. O objetivo é escoar a produção de soja do centro-oeste e integrar uma região até agora “desértica”, nas palavras do secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, general Maynard Santa Rosa.

Durante a apresentação do projeto, foi afirmado ser necessária a execução de obras de infraestrutura — investimentos “com retorno garantido a longo prazo” —, como hidrelétricas e estradas, para garantir o desenvolvimento e a presença do estado brasileiro no local.

Ainda, um dos slides do material apresentado confirma que o governo vê como “riquezas” os minérios, o potencial hidrelétrico e as terras cultiváveis do planalto da Guiana, que ficam entre o Amapá, Roraima e o norte do Pará e do Amazonas. “Tudo praticamente inexplorado”, “distante do centro do Brasil”, “e de costa (sic) para as

⁷ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/>

riquezas do Norte”, é o que está escrito.

Segundo a reportagem, o argumento da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos para a ampliação da BR-163, que começou a ser construída nos anos 1970 e seria estendida até a fronteira norte do Brasil, é de que a obra possibilitará livre mobilidade de cerca de 800 mil habitantes que moram nas cidades da região e dependem de hidrovias. O governo aposta que a construção terá “impacto direto” na redução do valor do transporte de grãos na região.

As margens da BR-163 na altura do Pará são, hoje, um dos principais focos de conflitos agrários no país. A região de Novo Progresso, por exemplo, foi o epicentro do Dia do Fogo, evento marcado por ruralistas no WhatsApp para incendiar diversas áreas do local para mostrar apoio às políticas de Bolsonaro para a região.

Em relação à hidrelétrica em Oriximiná, a reportagem elenca os objetivos do governo com a obra: reduzir a quantidade de apagões na região e abastecer a Zona Franca de Manaus. Segundo a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, além da segurança energética, a hidrelétrica em Trombetas também viabilizará a industrialização do minério de alumina-alumínio, “abundante nos municípios da Calha Norte, principalmente em Oriximiná e Óbidos”. E reduzirá gastos públicos com as termoelétricas, “com impacto direto na redução de emissão de gás carbônico”.

Esta não é a primeira tentativa do tipo, outros projetos, no mesmo rio Trombetas, já foram abandonados por causa do impacto socioambiental em comunidades indígenas e quilombolas. Na região, há registro, inclusive, de povos indígenas isolados – mas isso não freou o ímpeto do novo governo.

Na apresentação, a matéria mostra que a opinião do governo em defesa do projeto está embasada também em razão de uma suposta oposição orquestrada à sua “liberdade de ação” na região. Os slides listam os previsíveis supostos opositores: ONGs ambientalistas e indigenistas, mídia, pressões diplomáticas e econômicas, mobilização de minorias e aparelhamento das instituições. Na visão da gestão Bolsonaro, a

população tradicional — indígenas e quilombolas — é um empecilho à presença do estado no local. Segundo o projeto, a “situação econômica do Brasil” e os paradigmas do “indigenismo”, do “quilombolismo” e do “ambientalismo” eram entraves do passado. O “novo paradigma”, com o governo Bolsonaro, com o “liberalismo” e o “conservadorismo”, traz “nova esperança para a Pátria”. “Brasil acima de tudo”, diz o slide, repetindo o slogan de campanha do ex-deputado.

Esta talvez seja a razão de nenhuma organização indígena ter sido envolvida no projeto. A reportagem do portal “The Intercept” afirma que as comunidades ficaram sabendo do projeto Barão do Rio Branco pela imprensa.

Há uma nota técnica de repúdio ao Projeto divulgada em maio de 2019 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Articulação dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará e pela Federação dos Povos Indígenas do Pará⁸. No documento, as quatro organizações afirmaram que o projeto do governo “causará impactos destrutivos e irreversíveis para nós, povos indígenas, e o nosso modo de vida, baseado no uso sustentável dos recursos naturais, fato que permitiu até aqui a conservação de uma das áreas de maior preservação ambiental do planeta”.

Segundo a nota dos indígenas, o plano “rasgaria pelo meio” terras indígenas reconhecidas pelo estado brasileiro — o que o tornaria inconstitucional. No total, o projeto Barão de Rio Branco afetaria 27 terras indígenas e áreas protegidas da chamada Calha Norte — entre elas, a terra indígena Wajãpi, no Amapá, onde foi relatado o assassinato de um cacique por garimpeiros.

Ainda, as entidades destacam que as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação da chamada Calha Norte são essenciais não só para as populações tradicionais habitantes dessa região, como para a população brasileira e o futuro do planeta. Pois, as Terras Indígenas cumprem um papel fundamental na conservação da

⁸ Disponível em: <http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Nota-APIB-Programa-Rio-Branco.pdf>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

sociobiodiversidade e na manutenção da floresta e do clima.

Porém, mesmo com o posicionamento público dos atingidos em maio, e a inviabilidade ambiental já verificada em propostas de obras similares na região em anos anteriores, o atual governo segue tratando desta proposta a portas fechadas.

Diante desses fatos, nos termos constitucionais e com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2019.

Ivan Valente
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

Glauber Braga
PSOL/RJ

David Miranda
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ